

BRICS

Declaração dos Ministros de Comércio do BRICS

Genebra, 14 de dezembro de 2011

Nós, os Ministros da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e da Rússia, reunimo-nos em 14 de dezembro de 2011, em Genebra, às vésperas da 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em seguimento ao nosso encontro anterior realizado em Sanya, na China, em 13 de abril de 2011, expressamos nossa satisfação com a criação recente de um grupo de contato responsável pela tarefa de propor um quadro institucional e medidas concretas para expandir a cooperação econômica tanto entre os próprios países do BRICS como entre os países do BRICS e todos os países em desenvolvimento, dentro de uma perspectiva Sul-Sul. Observamos que o grupo de contato reuniu-se pela primeira vez em 2 de dezembro de 2011, em Pequim, na China, para dar andamento ao seu trabalho.

Observamos também que a Índia irá sediar a 4ª Reunião de Cúpula do BRICS, em Nova Delhi, em 29 de março de 2012, e que a primeira reunião substantiva dos Ministros de Comércio do BRICS será realizada no dia 28 de março de 2012. Será

uma boa oportunidade para fazer uma revisão dos resultados da MC-8 e para definir uma abordagem comum sobre o caminho a seguir.

Reconhecemos o grande potencial de crescimento tanto dos fluxos de comércio entre os países em desenvolvimento como da cooperação em investimentos nas próximas décadas. Acreditamos que os países do BRICS devam desempenhar um papel de liderança na cooperação Sul-Sul. Diante disso, comprometemo-nos a expandir ainda mais os laços econômicos, comerciais e de investimentos entre os nossos países. A expansão e o aprofundamento da cooperação econômica entre os países do BRICS podem não só atender aos nossos interesses comuns como também ajudar a promover o crescimento da economia global. Concordamos que as medidas para fortalecer a cooperação econômica e comercial entre nossos países devem ser adotadas de maneira crescente, proativa e pragmática.

Relembramos ainda que, em Sanya, destacamos nosso compromisso com o regime comercial da OMC e com a Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA).

Nesse contexto, os países do BRICS membros da OMC parabenizam a Rússia, maior economia fora do sistema multilateral de comércio, pela conclusão exitosa do processo de acesso à OMC, e expressam sua expectativa com relação à próxima Conferência Ministerial, para que possam acolher formalmente a Rússia como novo membro. Este será um passo fundamental para fazer da OMC ainda mais representativa e legítima e fortalecer ainda mais o sistema multilateral de comércio.

Expressamos nossa satisfação com a conclusão dos processos de acessão de três outros novos membros da OMC: Montenegro, Samoa e Vanuatu. Saudamos também a aprovação de um novo conjunto de diretrizes para a acessão dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo, que irão contribuir para o nosso objetivo comum de alcançar participação universal na OMC.

Ao buscar reforçar as bases do sistema multilateral de comércio, sublinhamos a necessidade premente de aperfeiçoar suas regras e sua estrutura, de modo a dar conta, em particular, das preocupações e interesses dos países em desenvolvimento. A OMC deve manter seu papel central no monitoramento da implementação das disciplinas e compromissos multilaterais de comércio, inclusive na área-chave de solução de controvérsias. A OMC também serve como foro para discussão dos assuntos relativos a comércio que todos os Membros concordam serem relevantes e pertinentes. As funções de negociação da Organização também devem ser preservadas e revigoradas.

Atribuímos grande importância ao papel da OMC na contenção das forças protecionistas. Sob as atuais condições econômicas globais, o comércio internacional desempenha um papel ainda mais crítico no estímulo ao crescimento e desenvolvimento econômicos. Concordamos plenamente que se deve resistir a todas as formas de protecionismo. Ao mesmo tempo, destacamos a necessidade dos países em desenvolvimento de preservar e utilizar, quando necessário, toda sua capacidade de adotar medidas consistentes com as regras da OMC. Sublinhamos também que os subsídios distorcivos ao comércio concedidos pelas economias desenvolvidas, particularmente em agricultura, são uma das formas

mais prejudiciais de protecionismo. Esses subsídios geram insegurança alimentar e anulam o potencial de desenvolvimento de um setor fundamental em países que já enfrentam enormes desafios para participar dos fluxos globais de comércio.

Estamos particularmente preocupados com o impasse atual na Rodada de Desenvolvimento de Doha. Apesar dessas circunstâncias, continuaremos totalmente engajados nas negociações com o objetivo de concluir o “single undertaking” dentro do mais breve prazo possível. Enfatizamos que as negociações sobre qualquer componente da DDA devem ser baseadas nos mandatos acordados multilateralmente desde o lançamento da Rodada em 2001 e no equilíbrio delicado das concessões mútuas alcançadas durante os últimos dez anos, que estão também refletidas nas minutas de textos de modalidades de dezembro de 2008. Continuamos dispostos a concluir a Rodada com base naquelas minutas de modalidades.

Concordamos que o impasse nas negociações da DDA não deve desencorajar os membros de buscar resultados em áreas específicas nas quais eles concordam haver possibilidade de progresso. Instruiremos nossos negociadores a se engajar de forma efetiva e construtiva sempre que aquela concordância existir. Esses esforços não devem perder de vista, no entanto, a centralidade do tema do desenvolvimento nos mandatos de Doha. Quaisquer resultados antecipados devem primeiro dar conta de elementos de interesse dos membros mais pobres. Temas de interesse para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo devem ter prioridade e não estar vinculados a outras áreas. A implementação integral da Declaração Ministerial de Hong Kong relativa à iniciativa “duty-free-quota-free”, bem como assuntos como algodão e agricultura, devem

receber prioridade e constituir parte integrante de quaisquer acordos antecipados. Esses esforços devem ser totalmente consistentes com os mandatos existentes e observar os princípios de transparência e inclusão. Neste contexto, não encorajaremos ou apoiaremos abordagens plurilaterais, ou qualquer outra modalidade de negociação que possa comprometer ou enfraquecer a natureza multilateral das negociações.

Recebemos com satisfação as medidas adotadas por nossas agências de cooperação técnica nas áreas especialmente relevantes para os países africanos. Essas medidas complementam as iniciativas adotadas pela OMC e outras organizações internacionais relevantes. Sublinhamos a necessidade de continuar perseguindo e aprimorando iniciativas de ajuda ao comércio que beneficiem nossos parceiros comerciais. A cooperação com as economias do “Cotton-4” é um marco nesta área, e comprometemo-nos a mantê-la e intensificá-la.

A Ministra da Rússia relembra que seu país deverá começar a implementar seus compromissos na OMC em meados de 2012. Ela afirma que, tornando-se um membro pleno da OMC, a Rússia irá participar de maneira construtiva e ativa das negociações da DDA, dada a importância central de um resultado equilibrado da DDA para fortalecer e desenvolver o sistema mundial de comércio.

(English Version)

Ministerial Declaration

BRICS Trade Ministers

We, the Ministers of Brazil, China, India, Russia, and South Africa, have met on 14 December 2011 in Geneva, before the 8th World Trade Organization (WTO) Ministerial Conference.

Following up on our previous meeting held in Sanya, China, on 13 April 2011, we are pleased with the recent establishment of a contact group entrusted with the task of proposing an institutional framework and concrete measures to expand economic cooperation both among BRICS countries and between BRICS countries and all developing countries, within a South-South perspective. We notice that the contact group met for the first time on December 2nd, 2011, in Beijing, China, to further its work.

We also note that India would be hosting the Fourth BRICS Summit in New Delhi on 29 March 2012 and the first substantive meeting of the BRICS trade ministers would also take place on 28 March 2012. This would provide a good opportunity to review the outcomes of the MC8 and to devise a common approach on the way ahead.

We recognise the huge growth potential both in trade flows among developing countries and in cooperation in investments in the coming decades. We believe that the BRICS countries should play a leading role in South-South cooperation. We are accordingly committed to further expanding economic, trade and

investment ties among our countries. Deepened and enlarged economic cooperation of the BRICS countries may be conducive not only to serving our shared interests but also to helping promote growth in the global economy. We agree that steps to strengthening economic and trade cooperation among our countries should be taken in an incremental, proactive, and pragmatic manner.

We further recall that, in Sanya, we highlighted our commitment to the WTO trade regime and to the Doha Development Agenda (DDA).

In this context, the WTO BRICS countries congratulate Russia, the largest economy outside the multilateral trading system, on the successful conclusion of the accession process to the WTO, and look forward to the forthcoming Ministerial Conference to formally endorse Russia as a new member. This will be a crucial step in making the WTO even more representative and legitimate, further strengthening the multilateral trading system.

We express satisfaction at the completion of the accession processes of three other new WTO members: Montenegro, Samoa, and Vanuatu. We also welcome the approval of a new set of guidelines for the accession of the Least Developed Countries that will contribute to our shared goal of reaching universality in WTO membership.

In this process of buttressing the multilateral trade system, we underscore the pressing need to further develop its rules and structure to address in particular the concerns and interests of developing countries. The WTO must maintain its central

role in monitoring the implementation of the multilateral trade disciplines and commitments, including in the key area of dispute settlement. It also serves as a forum for discussion of trade related matters that all members agree to be relevant and pertinent. The negotiating functions of the Organisation must also be preserved and energised.

We attach great importance to the role of the WTO in keeping protectionist forces at bay. Under the present global economic conditions, international trade plays an even more critical role in stimulating economic growth and development. We are in full agreement that all forms of protectionism must be resisted. At the same time, we underscore the need for developing countries to retain and use, when necessary, any existing WTO-consistent policy space. We also underline that trade distorting subsidies granted by developed economies, particularly in agriculture, are one of the most harmful forms of protectionism. These subsidies generate food insecurity and deny the development potential of this key sector in countries that already face formidable challenges to participate in global trade flows.

We are particularly concerned with the existing impasse in the Doha Development Round. Despite these circumstances, we will remain fully engaged in negotiations with a view to concluding the single undertaking within the shortest possible timeframe. We emphasise that negotiations on any component of the DDA must be based on the mandates multilaterally agreed since the launching of the Round in 2001 and on the delicate balance of trade-offs achieved over the last 10 years, which are also reflected in the draft modalities texts of December 2008. We remain willing to conclude the Round on the basis of those draft modalities.

We agree that the DDA negotiating stalemate should not discourage members from seeking results in specific areas where they agree that progress is possible. We will instruct our negotiators to engage effectively and constructively whenever such agreement exists. These efforts must not lose sight, however, of the centrality of development in the Doha mandate. Any early outcomes must deliver first on elements of interest to the poorest among the membership. Issues of interest to the developing and the least developing countries must be at the forefront, without linkages to other areas. The full implementation of the Hong Kong Ministerial Declaration regarding the duty-free-quota-free initiative, as well as topics like cotton and agriculture, must be given priority and constitute an integral part of any early agreements. These efforts must be wholly consistent with the existing mandates and observe the principles of transparency and inclusiveness. In this context, we will not encourage or support plurilateral approaches, or any other negotiating modality that may compromise or weaken the multilateral nature of the negotiations.

We welcome measures taken by our agencies of technical cooperation in areas which are especially relevant to African countries. They complement initiatives undertaken by the WTO and other relevant international organizations. We underline the need to keep pursuing and enhancing aid-for-trade initiatives that benefit our trading partners. The cooperation with the Cotton-4 economies is a landmark in this field and we commit to maintain and intensify it.

The Minister of the Russian Federation recalls that her country is expected to start implementing its commitments in the WTO as of mid-2012. She affirms that, with full WTO membership attained, Russia is going to participate in a constructive and

active manner in the DDA negotiations in view of the crucial role that a balanced DDA outcome would have in the strengthening and development of the world trade system.